



O AIIB e o novo multilateralismo com características chinesas: rumo à consolidação institucional?¹

*The AIIB and the multilateralism
with Chinese Characteristics:
towards an institutional consolidation?*

*El AIIB y el nuevo multilateralismo
con características chinas:
¿hacia la consolidación institucional?*

DOI: 10.21530/ci.v19n1.2024.1387

Javier Vadell²

Samuel Spellmann³

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

A criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) ocorre enquanto concretização de um novo engajamento multilateral criado para comportar a participação de Estados de todo o mundo. Este artigo analisa as transformações econômicas e geopolíticas contemporâneas, assinalando que o ordenamento mundial estaria se modificando e fragmentando e que o processo de institucionalização do AIIB, com a concretização de um novo tipo

1 Informações sobre financiamento: este trabalho recebeu financiamento proveniente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador da Especialização em China Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). (javier.vadell@gmail.com). **ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5398-6083>**.

3 Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Coordenador da Especialização em China Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). (samuelspellmann@gmail.com). **ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0898-779X>**.

Artigo submetido em 05/09/2023 e aprovado em 05/03/2024.





de multilateralismo, que desafia a hegemonia estadunidense. O artigo foca no movimento de consolidação institucional do AIIB, interpretando-o a partir do momento geopolítico enfrentado pela China no campo internacional.

Palavras-chave: Mudança Qualitativa; China; Globalização com Características Chinesas; Geopolítica; Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Abstract

The creation of the Asian Infrastructure Development Bank (AIIB) occurs as a concretization of a new multilateral created to incorporate the participation of States throughout the world. This paper analyzes the contemporary economic and geopolitical transformations, highlighting that the world order could be changing and fragmenting itself and that the institutionalization of the AIIB, as a concretization of a new kind of multilateralism, which challenges the American hegemony. This paper focuses on the movement for institutional consolidation of the AIIB, understanding it as a part of the geopolitical moment faced by China at the international level.

Keywords: Qualitative Change; China; Globalization with Chinese Characteristics; Geopolitics; Asian Infrastructure Investment Bank.

Resumen

La creación del Banco Asiático de Inversión en Infraestructura (AIIB) ocurre como la concreción de un nuevo compromiso multilateral criado para incluir la participación de Estados de todo el mundo. Este artículo analiza las transformaciones económicas y geopolíticas contemporáneas, señalando que el orden mundial se estaría modificando y fragmentando, y que el proceso de institucionalización del AIIB, con la concreción de un nuevo tipo de multilateralismo, que desafia la hegemonía estadounidense. Por lo tanto, el artículo se centra en el movimiento de consolidación institucional del AIIB, interpretándolo a partir del momento geopolítico que enfrenta China en el ámbito internacional.

Palabras clave: Cambio Cualitativo; China; Globalización con Características Chinas; Geopolítica; Banco Asiático de Inversión en Infraestructura.





Apresentação do problema

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) é um Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) criado por iniciativa da China em 2014 e aberto para operações em janeiro de 2016 (AIIB (a)). Ao início de 2021, o AIIB se apresentava como um banco significativamente consolidado, contando com mais de 70 países-membros (AIIB (b)), capital subscrito comparável ao de BMDs estabelecidos (Spellmann 2020, 161) e ocupando uma posição político-econômica estratégica para a China (Zhu, 2019). O AIIB também é a primeira instituição de financiamento multilateral não liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Vadell, 2022). Por essa razão e pelo papel da China na sua evolução e desempenho, consideramos importante entender o funcionamento dessa instituição financeira, cada vez mais relevante, nos desenhos de um novo tipo de globalização (Vadell, 2021).

O acúmulo histórico de mudanças no funcionamento interno do capitalismo ao longo das últimas quatro décadas permitiu o aparecimento de uma transformação qualitativa da globalização (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Os fundamentos da globalização até então eram predominantemente condicionados pelo desempenho do neoliberalismo em escala global. Para além da sua fundação ideológica e do seu funcionamento econômico interno, o neoliberalismo existe enquanto projeto de dominação de classe (Harvey, 2005), e se projeta através da estrutura de liderança dos EUA em sua posição nuclear no Sistema-Mundo (Amin, 1996). A sublimação destes pilares se dá mediante o processo histórico de desenvolvimento da periferia do capitalismo.

Em sua face mais aparente, o desenvolvimento da periferia tem possibilitado por novas e remodeladas iniciativas de engajamento, que tomam a forma de arranjos bilaterais, minilaterais e multilaterais. Este tratamento do relacionamento interestatal tem guiado para certa reinterpretação das relações diplomáticas (Vadell, 2022). Se por um lado a China já detinha proeminência no tratamento de questões bilaterais com os Estados Unidos sobre a governança global, a formação de novas instituições multilaterais como o AIIB, a literatura tem apontado há anos que a constituição de fóruns de diálogo regional tem inovado o trato diplomático chinês à nível regional na América Latina e Caribe e na África (Vadell, 2018).

Peça central deste processo é o desenvolvimento da China em meio à crise estrutural do capital pautada a partir da segunda metade dos anos 1970 (Spellmann, 2022). Fundado no processo de reforma e abertura, a liderança do





Partido Comunista da China tem interpretado como tendência histórica mundial a superação do período de guerras e revoluções, o que abriu espaço para uma era de desenvolvimento, condicionando o engajamento chinês com o mundo em seu processo de ascensão pacífica. O processo de desenvolvimento da China acontece sobre uma base social que herda uma formação econômico-social de cerca de cinco mil anos (Jabbour, Gabriele, 2021) e que foi por si só centro de um dos sistemas tributários anteriores ao modo de produção capitalista (Amin, 1996). Ele também se relaciona ao contexto geral do reerguimento de uma civilização com formações culturais autônomas (Cheng, Zhang, 2021), e que tem apresentado um desenvolvimento singular da transição entre capitalismo e socialismo (Artner, 2021).

A série de transformações qualitativas provocadas pelo desenvolvimento chinês também condiciona as suas relações internacionais. Sem o prejuízo do engajamento bilateral com países-chave criado ao longo de décadas, a China passa a tomar iniciativas minilaterais e multilaterais de importância crescente ao longo dos anos 2000 e 2010 (Vadell, 2022). A criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura ocorre enquanto concretização de um novo engajamento multilateral com seu entorno geográfico, mas que é rapidamente expandido para comportar a participação de Estados de todo o mundo.

Num primeiro momento, pôde-se perceber que o AIIB foi concebido como mecanismo de financiamento capaz de reunir capital público. A exemplo de outros BMDs, estes recursos foram angariados por diversos Estados, embora a contribuição central tenha sido da China⁴ (Jones, Hameiri, 2018; Zhu 2019, Spellmann 2020, 155-159). Em menor escala, o objetivo primordial do AIIB é o de ampliar investimentos setoriais em áreas consideradas de interesse comum dos seus países-membros, notadamente em segmentos ligados à infraestrutura. O AIIB define-se ainda como um banco de atuação regionalizada, limitando seu enfoque geográfico à Ásia-Pacífico, e representando a materialização de demandas

4 O status chinês de país dominante do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura é questionado por parte da literatura. Para Zhu Jiejun (2019), embora a China detenha a maior parte do capital subscrito do banco (29,78 Bi.) — e, em decorrência disto, detenha porção significativa das ações do banco (297,804) do poder de voto (297.804 votos) —, ao longo do processo de formação do AIIB, a China atendeu diversas demandas da União Europeia por transparência, além de limitar seu poder de voto e seu capital subscrito (AIIB, 2019). A China reduziu significativamente suas estimativas iniciais de capital subscrito do AIIB, que foram reduzidas em relação aos originais 50% do capital subscrito (Jones, Hamieri, 2018). O resultado disto é um significativo compartilhamento do poder decisório do AIIB. Ao mesmo tempo, a China mantém uma posição dominante nos processos decisórios do AIIB, além de permanecer no controle direto da presidência do banco (Spellmann, 2020).





não atendidas por financiamento ao desenvolvimento e por participação decisória na gestão de instituições financeiras multilaterais (AIIB (c)). Este entendimento tem mudado nos últimos anos. Através de seus projetos aprovados, a atuação do AIIB tem se expandido para todos os continentes, particularmente entre 2020 e 2022. Ganha corpo a tese de que o AIIB pode ser definido como uma instituição genuinamente multilateral, tendo seu escopo de atuação se expandido para todo o planeta.

No campo de estudo das Relações Internacionais o conceito de multilateralismo foi consolidado a partir de definições clássicas como a de Robert Keohane, segundo a qual o “Multilateralismo pode ser definido como a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais estados, por meio de arranjos *ad hoc* ou por meio de instituições” (Keohane, 1990, p. 731). No entanto, o próprio Keohane reconhece a frouxidão e imprecisão do seu conceito: “quando um estudioso se refere ao multilateralismo, não fica imediatamente claro quais fenômenos devem ser descritos e explicados” (Keohane, 1990, p. 731). Em John Ruggie (1998) pode-se ver o enriquecimento do conceito através de importantes aspectos normativos, como a importância do compartilhamento de regras e princípios nas instituições multilaterais.

Vistas em perspectiva, estas concepções limitam uma abordagem totalizante do AIIB enquanto instituição multilateral, o que envolveria, necessariamente, uma compreensão do contexto político-econômico global de sua criação e evolução. Vista em perspectiva, a atuação chinesa através do banco relaciona-se a criação gradual de uma nova institucionalização enquanto parte de uma estratégia inclusive global da China.

Jákub Jakóbowski (2018) destaca que as particularidades do multilateralismo com características chinesas estão combinadas com uma relação estratégica de acordos bilaterais. Em particular, a experiência multilateral do AIIB cria vínculos financeiros entre projetos ligados à Nova Rota da Seda (NRS) e outros projetos com BMDs ocidentais. A proposta deste artigo é a de investigar o que diferencia o multilateralismo do AIIB das instituições multilaterais criadas a partir de Bretton Woods. Poder-se-ia falar de um multilateralismo com características Chinesas? Se sim, quais seriam essas peculiaridades?

A nossa hipótese geral é de que o suporte chinês para as instituições de governança existentes não é um obstáculo a criação de outras instituições multilaterais de governança com características próprias. O AIIB apresenta-se como o caso paradigmático de um novo multilateralismo ancorado nesta nova





instituição financeira mundial. Desta atuação deriva o seu papel crucial da China na promoção de novas modalidades de multilateralismo em coexistência com as instituições existentes, expressões de uma nova globalização, ainda que embrionária, com características chinesas.

Resta, entretanto, um debate residual, com o qual não poderemos manter um tratamento mais profundo, dadas as limitações de forma. Este debate reside ao redor de uma pergunta mais totalizante: o AIIB seria de fato uma das manifestações institucionais de uma “outra” globalização? Em que termos poderíamos colocar esta outra globalização? Seria ela uma globalização instituída pela China (Xi, 2017), com foco nos investimentos em infraestrutura, promovendo a interconectividade comercial e produtiva? Seria ela algo voltado a construção de um senso de comunidade à nível internacional?

Metodologicamente, o artigo constitui estudo de caso relativo à construção da Globalização com Características Chinesas (GCC). Teoricamente, a GCC seria um processo de interconectividade e interdependência entre as Formações econômico- sociais lideradas pela China na contemporaneidade, um processo de “reglobalização” como um produto histórico das contradições da Globalização Neoliberal e do sistema capitalista contemporâneo, sendo o AIIB um de seus pilares (Vadell, Jabbour, 2024).

Elabora-se aqui, portanto, sobre a necessidade de financiamento à infraestrutura e sobre a insuficiência de crédito internacionais como antessalas para a constituição do banco multilateral de autoria chinesa. Ao mesmo, o seu processo formativo aponta singularmente para a potencialidade de um novo arranjo interestatal, em que o financiamento multilateral ao desenvolvimento é compartilhado com seus constituintes. O potencial residente nisso é a reconstrução de uma globalização diferenciada. Este arcabouço teórico é relacionado à uma coleta de dados levantada a partir do próprio AIIB, levando-se em conta bases documentais internas e projetos aprovados para financiamento.

Os quatro primeiros anos do AIIB: adesão internacional, formação da estrutura de financiamento e resultados iniciais

O processo de constituição do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura se deu de forma diferenciada, pertencendo a um contexto singular, que liga as tentativas de retomada do crescimento econômico global





nos anos posteriores à Crise Financeira de 2008 (Withol, 2014) e a continuidade do crescimento chinês às transformações geopolíticas deste período (Roberts, 2018; Jones, Hameiri, 2018), notadamente a série de mudanças da política externa estadunidense voltadas à China. Este último ponto também envolve, necessariamente, o lugar ocupado pela fundação de um banco de financiamento ao desenvolvimento capitaneado pela China frente ao fracasso do boicote realizado pelos EUA e Japão.

Ao mesmo tempo, por meio de sua fundação e atuação, o AIIB apresenta atributos próprios. Embora seu rótulo indique e seus documentos de fundação mencionem que seu foco estivesse restrito à Ásia-Pacífico, o escopo de sua atuação era claramente multilateral desde a sua fundação. Nesse sentido, o AIIB é um produto da ascensão da China num contexto dominado pelo meta-modo de produção capitalista (Jabbour e Gabriele 2021). Ele se propõe alavancar a construção de obras de infraestrutura inscritas no guarda-chuva da Nova Rota da Seda, o BRI, ou esqueleto da Globalização instituída pela China (Jabbour, Dantas, Vadell, 2021). Ou seja, a constituição do AIIB atrela o financiamento multilateral às iniciativas globais chinesas visando uma globalização com forte caráter comercial e produtiva.

Além disso, ter como área-foco de sua atuação a Ásia-Pacífico detém certas particularidades. Embora esta definição seja colocada como regional, temos aqui a maioria da população global, com uma importante diversidade de países em graus variados de desenvolvimento, detendo construções históricas próprias e relacionamentos singulares com a China. De qualquer maneira, a importância seminal da sub-região geográfica da Ásia-Pacífico, que abriga estruturas multilaterais voltadas para seus próprios regionalismos⁵, é refletida nas posições de caráter decisório do AIIB, com nove das doze diretorias do banco sendo ocupadas de maneira rotativa por países da Ásia-Pacífico, com poder de voto condizente com seu capital subscrito (AIIB (c)).

Como veremos, ao longo dos primeiros anos de atuação do AIIB, foi comum o uso de instrumentos e cofinanciamento de projetos. Este cofinanciamento ocorreu em conjunto com outros BMDs, com instituições financeiras internacionais, com os países-membros que abrigam os projetos aprovados ou mesmo com

5 A título de exemplo: a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a Organização de Cooperação de Shanghai (*Shanghai Cooperation Organization — SCO*), a Associação dos Países do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations ASEAN*), a Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership — RCEP*), a Iniciativa de *swap* financeiro Chang Mai, dentre várias outras.





entes subnacionais destes Estados. O resultado deste processo é a quantidade significativa de projetos aprovados ao longo dos primeiros anos do AIIB sem que houvesse comprometimento das contas internas do banco em um momento inicial. Acredita-se que isto repercute positivamente no engajamento político internacional da China na Ásia-Pacífico (Jones, Hameiri, 2018).

Estas colocações se fazem necessárias para que se estabeleçam aproximações entre as razões fundantes do AIIB e o processo histórico ao qual o banco está inserido. Compreender esta dinâmica também implica na necessidade de um estudo empírico e análise de dados, os quais apresentam uma contraposição. A partir dos primeiros anos de atuação do AIIB, os projetos aprovados para financiamento pelo banco tornaram-se proporcionalmente menores, ao passo que, se individualizados, a participação do AIIB no financiamento de cada projeto cresceu em relação aos anos anteriores.

Os dados apresentados sugerem que se trata de um processo em que se opõe a exclusividade do financiamento pelo AIIB à dimensão do financiamento dos seus projetos aprovados. Ou seja: seria estabelecida uma equivalência proporcional na qual, quanto maior o projeto, menor seria a parcela de financiamento do banco. Entretanto, quando analisados sob perspectiva temporal, vê-se um afastamento de linhas concorrenciais ano-a-ano, o que demonstra um aumento no exclusivismo do AIIB ao longo do tempo — o que também pode ser lido como uma redução geral no cofinanciamento de projetos aprovados. Em meio a isto, verifica-se uma redução na dimensão dos projetos aprovados entre 2016 e 2019, ao passo que uma quantidade crescente de projetos é aprovada ano-a-ano. Portanto, ter-se-iam mais projetos de menor escala, mas financiados quase que exclusivamente pelo AIIB.

Pode-se ver que o ordenamento mundial se estaria modificando e fragmentando e que o processo de institucionalização do AIIB, com a concretização de um novo tipo de multilateralismo, desafia a hegemonia estadunidense. Trata-se de uma organização multilateral embrionária que se diferencia dos princípios da globalização neoliberal, embora seu nascedouro aconteça no Meta-modo de produção capitalista (Jabbour Gabriele 2021) e opera nessa totalidade e a modifica. Este processo transformador tem impacto direto na geopolítica e na geoeconomia e foi acelerado por acontecimentos marcantes como: a crise de 2008 e seus desdobramentos, a ascensão da China, a pandemia de COVID-19 e a intervenção russa na Ucrânia. Trata-se de sinalizações de mudanças qualitativas, e não só quantitativas, no caos sistêmico (Arrighi, Silver, Ahmad , 1999) da atual fase





de transição hegemônica e de disputas entre EUA e a China que envolvem uma série de questões interligadas que não podemos focar nesse artigo como: o papel da China na dinâmica de da consolidação de um novo regime de financiamento para o desenvolvimento (Domínguez Marín, 2018a; 2018b) e o processo de desmonopolização incipiente do dólar para as transações internacionais produto do conflito na Ucrânia e das sanções de Ocidente a Rússia.

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura passou por um célere processo de formação. A adesão ao AIIB foi rápida e facilitou a incorporação de uma pluralidade de países na qualidade de membros-fundadores do banco já em seus primeiros anos. Em 2016, 49 dos 57 países signatários dos *Articles of Agreement* haviam concluído seus processos de ratificação domésticos, e, ao final do mesmo ano, mais de 90% (US\$90,327 Bi) dos US\$ 100 bilhões de capital autorizado haviam sido subscritos, e US\$ 18,065 bilhões de capital pago haviam sido entregues ao AIIB (AIIB, 2017).

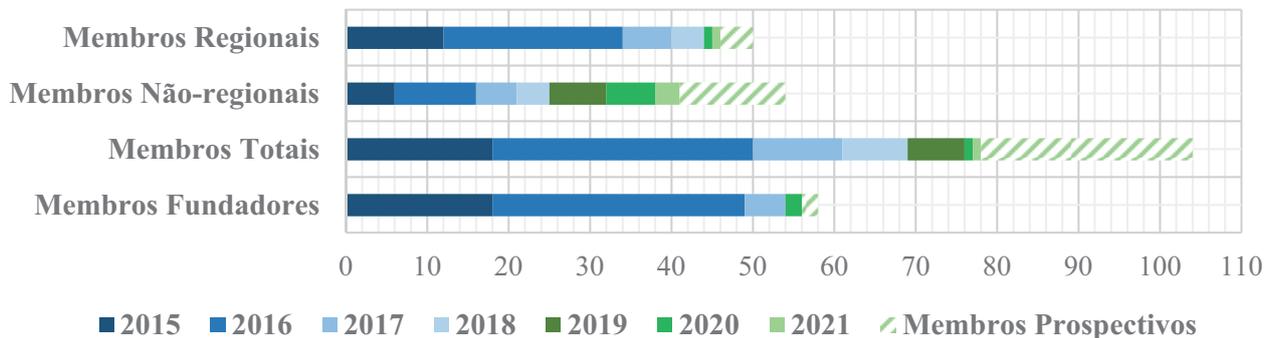
Ao propor a criação do AIIB, a China conseguiu concatenar institucionalmente tanto países de capitalismo central, do G7,⁶ como Estados do seu entorno geográfico, dispersos em diversas sub-regiões da Ásia, de modo a estabelecer um banco multilateral cuja missão institucional original voltava-se para o desenvolvimento da Ásia-Pacífico. Durante os primeiros anos após a abertura do AIIB, esperava-se que o novo Banco Multilateral de Desenvolvimento atingisse uma posição importante no financiamento à infraestrutura no continente, tornando-se parceiro institucional de organizações multilaterais já estabelecidas e com importante atuação na região (Freeman, 2019). Isto contribuiria para a reativação econômica do continente asiático em meados da década de 2010, fornecendo crédito excepcional para a realização de obras de grande porte (Baumann, 2017). O desafio mostrava seu caráter inovador: realizar empréstimos internacionais durante um momento de crise estrutural do capitalismo para uma região cujos países não apresentavam os indicadores macroeconômicos condizentes ao fornecimento de crédito internacional por instituições multilaterais existentes, e sem a imposição de entraves estruturais ao desenvolvimento propostos pelo consenso político-econômico neoliberal.

6 Para o conceito de países de capitalismo central, ver Wallerstein (1974).





Gráfico 01: AIIB: Evolução anual dos membros não-regionais, regionais, totais e prospectivos (2015-2021)



Fonte: AIIB (b). Elaboração Própria. Dados atualizados até 13 de outubro de 2021.

Nota: Esta contabilização leva em conta a tramitação completa do processo de ratificação e promulgação de tratados internacionais. Estados-membros que não concluíram seus processos de promulgação ainda estão designados como Membros Prospectivos do AIIB.

Ao final de outubro de 2021, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura contava com 104 países-membros, aguardando os trâmites de ratificação de 26 membros prospectivos (ver gráfico 01), cotando com 151 projetos aprovados em 34 países. Ao mesmo tempo, o AIIB promete rever os entraves institucionais à democratização de instituições financeiras multilaterais, apresentando um regime de quotas por voto mais equitativo, pareando capital subscrito ao poder de voto enquanto resguarda um mínimo fixo de votos aos membros regulares e aos membros-fundadores. Por fim, embora o AIIB possua membros regionais e não-regionais, a maioria do poder de voto continua proporcional ao capital subscrito. Isto significa que a dominância do controle decisório do banco multilateral pertence àqueles que de fato receberão seus empréstimos, na medida em que se localizam em sua maioria na região do Ásia-Pacífico.

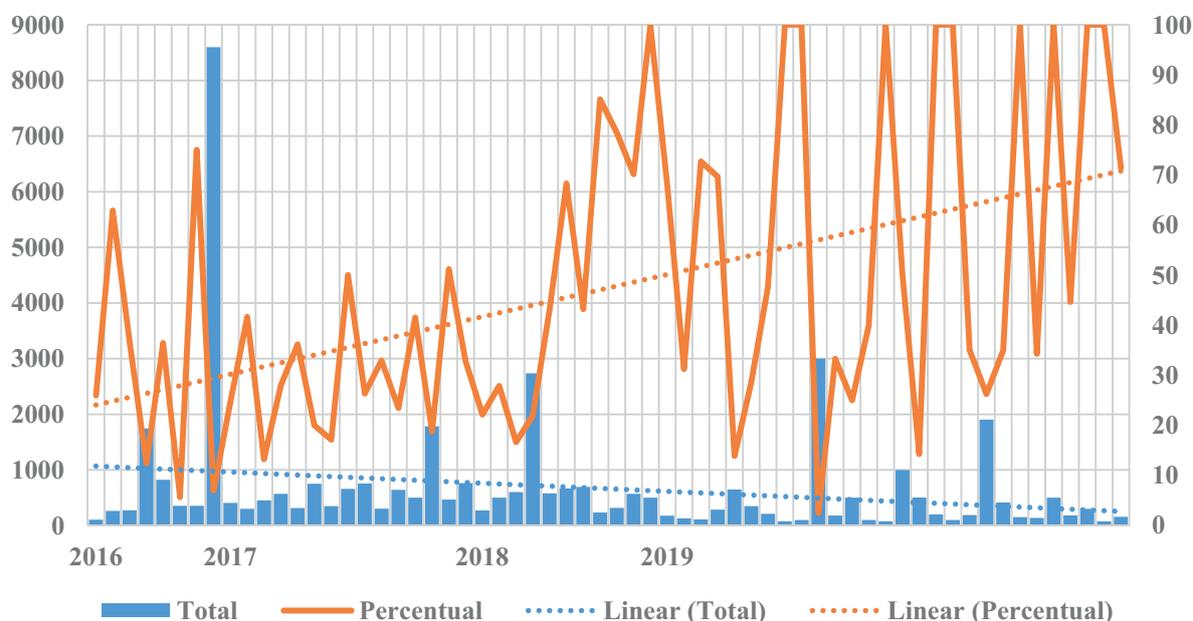
Desde 2016, o AIIB tem atuado no financiamento de novos investimentos em diversos seguimentos econômicos. Totalizando 62 projetos distintos até o final de 2019 (AIIB (d)), o banco tem continuamente ampliado o seu número de membros-clientes. Em outubro de 2021, do total de 78 países-membros, 30 são membros-clientes do banco. Dentre os clientes do AIIB, todos são países-membros. Entretanto, como foi destacado, a filiação ao AIIB não se restringe a sua área de atuação regional, a Ásia-Pacífico. Seus clientes estão distribuídos nos continentes asiático, europeu, africano, situando-se também na Oceania e na América do Sul. É também necessário apontar a existência de suas divisões regionais que comportam uma pluralidade de países na alocação de projetos, sendo os mesmos colocados sob as rubricas “Ásia” e “Plurinacional” (*Multy-country*), com respectivamente 4 e 3 projetos cada.



Ao final de 2019, o AIIB apresentava uma notável série de concentrações de investimentos. Era palpável a concentração regional de investimentos no Sul Asiático (24 dos 62 projetos aprovados, 40,74% dos investimentos projetados), a concentração significativa de investimentos em determinados projetos (acima de 50% dos investimentos totais entre 2016 e 2019 foram feitos em cerca de 14 projetos aprovados), e uma nítida preferência por projetos totalizando abaixo de US\$ 800 Mi., dos quais o AIIB se comprometeu a financiar entre 10% e 50 em 39 dos 62 projetos aprovados (Spellmann, 2020, p. 169-174).

De forma recorrente, a atuação do AIIB se dava através do cofinanciamento com BMDs. Dos 62 projetos aprovados entre 2015 e 2019, 33 projetos tiveram financiamento compartilhado com BMDs, 06 dos quais com participação de até três BMDs. Ainda neste sentido, em 21 projetos o AIIB esteve envolvido com instituições financeiras pertencentes ao Grupo Banco Mundial (*World Bank Group* — WBG), em 05 com o Banco Asiático do Desenvolvimento e em 03 com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e com o Banco Europeu de Investimentos (Spellmann, 2020, p. 175).

Gráfico 02: Valor Estimado dos Projetos Aprovados pelo AIIB (eixo esquerdo) vs. Percentual de Participação do AIIB no Financiamento de seus Projetos Aprovados (eixo direito), ano a ano (2016-2019)



Fonte: AIIB (d). Elaboração Própria.

Entretanto, analisando a atuação do AIIB entre 2016 e 2019, foram identificadas duas tendências contrapostas. Primeiro, seus projetos aprovados apresentam uma tendência de crescimento do percentual relativo de financiamento em relação ao



valor correspondente ao projeto aprovado. Ou seja: o AIIB está cada vez mais financiando a integralidade dos seus projetos aprovados. Em segundo lugar, há uma tendência de queda do valor total dos projetos aprovados pelo AIIB. Isto significa que o banco multilateral tem aprovado projetos menores. Em conjunto, percebe-se que o AIIB está progressivamente financiando em maior grau seus projetos aprovados, mas que estes são projetos em dimensões menores, e esta redução é percebida ano a ano, entre 2016 e 2019.

O ano de 2020 é atípico de várias maneiras. A pandemia provocada pela propagação do SARS-CoV-2 em escala global afetou a reação de Estados e de organizações multilaterais, demandando respostas únicas à crise sanitária e econômica. Entretanto, embora a tendência de atuação isolada do AIIB observada entre 2016 e 2019 tenha sido afetada, permanece uma evolução em direção à uma atuação exclusiva. Dada a continuidade da pandemia do coronavírus em 2021, dados conclusivos sobre este período precisam ser observados com atenção, para que se possa isolar a atuação particular do ano de 2020 da regra geral. Portanto, embora este artigo apresente alguns dados atualizados para outubro de 2021, restringimos nossa análise ao estudo dos anos anteriores à 2020.

Os primeiros anos de atuação e a consolidação institucional do AIIB

O argumento pela consolidação institucional do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura baseia-se na ideia de que, após seis anos de atuação ininterrupta, o AIIB estaria demonstrando as capacidades administrativas esperadas de um Banco Multilateral de Desenvolvimento estabelecido e delineando os contornos de um multilateralismo com características chinesas. A partir deste entendimento, poder-se-ia esperar que o AIIB passasse a atuar de maneira autônoma em relação aos demais BMDs, consolidando sua marca no setor, dirigindo seu financiamento para projetos de maior interesse do banco, baseado no aprendizado proveniente da experiência adquirida pelos seus executivos e demais quadros. Estes fatores impactariam as formas de financiamento de projetos, produzindo resultados como os demonstrados no item anterior — ou seja, ampliando a parcela proporcional de financiamento próprio dos projetos aprovados.

A partir da análise da estrutura de governança do AIIB entre 2015 e 2019, pode-se perceber que houve um significativo aumento no número de iniciativas





de cooperação institucional entre o AIIB e outros BMDs. Como se observam, as iniciativas de cooperação institucional entre o AIIB e as instituições multilaterais pré-existentes começaram já em 2015, com a assinatura de um Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* — MoU) entre o Grupo Banco Mundial e o então Secretariado Multilateral Interino para o Estabelecimento do AIIB (AIIB, 2016). Embora a validade deste MoU tenha encerrado com a abertura para negócios do AIIB em 16 de janeiro de 2016, o AIIB e o Grupo Banco Mundial assinaram um acordo visando estruturar a dinâmica de cofinanciamento de projetos no mesmo ano, e um MoU entre AIIB e WBG foi firmado em 23 abril de 2017 com o WBG. Ao todo, 16 acordos foram firmados entre o AIIB e partes diversas, dos quais 12 foram MoUs firmados entre o AIIB e outros BMDs (AIIB (e)).

De maneira mais significativa, um Memorando de Cooperação foi firmado entre o AIIB e o Banco Eurasiático de Desenvolvimento (*Eurasian Development Bank* — EaDB) em 31 de outubro de 2019, o que permitiu o estabelecimento de uma base comum de mecanismos e procedimentos para o planejamento de iniciativas de cooperação entre as partes.

Tabela 01: Parcerias Institucionais Firmadas pelo AIIB (2016-2020)

Data	Ano	Nome do Acordo	Natureza	Instituições Signatárias
12/07/2019	2019	Memorandum of Understanding	MoU	European Stability Mechanism
12/07/2019	2019	Memorandum of Understanding	MoU	International Fund for Agricultural Development
25/03/2019	2019	Memorandum of Understanding on Collaboration on Matters to Establish the Multilateral Cooperation Center for Development Finance	MoU	ADB, EBRD, EIB, NDB, WBG
31/10/2018	2018	Memorandum of Cooperation	MoC	EaDB
25/06/2018	2018	Memorandum of Understanding	MoU	IsDB
18/04/2018	2018	Memorandum of Understanding	MoU	AfrDB, AfrDF
10/03/2018	2018	Joint Declaration between the International Solar Alliance and the Asian Infrastructure Investment Bank for the Promotion of Solar Energy Globally	JD	International Solar Alliance
16/05/2017	2017	Memorandum of Understanding	MoU	IBRD, IAIC
23/04/2017	2017	Memorandum of Understanding	MoU	WBG
01/04/2017	2017	Memorandum of Understanding	MoU	NDB
30/05/2016	2016	Memorandum of Understanding	MoU	EIB
11/05/2016	2016	Memorandum of Understanding	MoU	EBRD
02/05/2016	2016	Memorandum of Understanding for Strengthening Cooperation between ADB and AIIB	MoU	ADB
N/A	N/A	The MDBs' alignment approach to the objectives of the Paris Agreement: working together to catalyse low-emissions and climate-resilient development	JD	AfDB, ADB, EBRD, EIB, IADB, IsDB, NDB, WBG

Legenda: Joint Declaration (JD); Memorandum of Cooperation (MoC); Memorandum of Understanding (MoU); Not Announced (N/A).

Fonte: AIIB Partnerships (AIIB (e)). Elaboração Própria.





Entre as temáticas abordadas pelos acordos firmados pelo AIIB destacam-se as parcerias de cooperação firmadas entre o AIIB e outros MDBs. Até 2020 foram três iniciativas: o MoU de 2019 direcionado ao estabelecimento o Centro de Cooperação Multilateral para o Financiamento ao Desenvolvimento⁷, a abordagem conjunta aos objetivos do Acordo de Paris⁸ e o Relatório Conjunto sobre Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de 2020⁹.

Como exposto no item anterior, no período entre 2016 e 2019 o AIIB estabeleceu o cofinanciamento em projetos aprovados em diversas instâncias, dispondo de 33 do total de 62 projetos para financiamento compartilhado com outros BMDs. A rápida consolidação do AIIB possibilitou que o banco alcançasse já em 2017 a nota máxima em diversas agências de avaliação de crédito. Em 2017, o AIIB alcançou a nota máxima (AAA ou variantes) nas agências Moody's Investors Service, Fitch Ratings e Standard & Poors (S&P), notas que o banco tem mantido desde então. Isto reflete a confiança alcançada pelo banco, que demonstra estabilidade frente à dinâmica existente de fornecimento e controle do crédito capital-financeiro, sistema bancário e instituições multilaterais de crédito.

Tabela 02: Novos Projetos, Investimentos Totais Estimados; Investimentos Estimados Exclusivos do AIIB (2016-2019)

Ano	Novos Projetos	Estimativa de Investimentos totais	Estimativa de Investimentos Exclusivos do AIIB (US\$ Mi.)	Variação Percentual a.a. (%)	Investimentos do AIIB sobre os Investimentos Totais (%)
2016	8	12.514,35	1.694	100%	13,54%
2017	15 (+ 7)	9.014,77	2.578,603	152,22%	28,60%
2018	11 (-4)	7.667,5	3.253,390	192,05%	42,43%
2019	28 (+ 17)	11.748,76	4.994,210	294,81%	42,51%
Total	62	40.945,38	12.520,203	-	30,58%
Média	15,5	10.236,345	3.130,051	-	30,58%

Fonte: AIIB(b); Elaboração Própria.

Durante o seu primeiro quadriênio de funcionamento, houve uma evolução ano a ano na quantia estimada de investimentos exclusivos do AIIB, que atingiu

7 No original, *Memorandum of Understanding on Collaboration on Matters to Establish the Multilateral Cooperation Center for Development Finance*, firmado em 25 de março de 2019 pelos BMDs: Banco Asiático do Desenvolvimento (ADB), Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD), Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), Novo Banco do Desenvolvimento (NDB), Banco de Investimento Europeu (BID) e pelo Grupo Banco Mundial (WBG).

8 Originalmente *The MDBs' Alignment Approach to the Objectives of the Paris Agreement: working together to catalyse low-emissions and climate-resilient development*, firmado pelos BMDs: Banco Africano do Desenvolvimento (AfDB), ADB, EBRD, AIIB, EIB, Banco Interamericano do Desenvolvimento (IADB), Banco Islâmico do Desenvolvimento (IsDB), NDB e WBG.

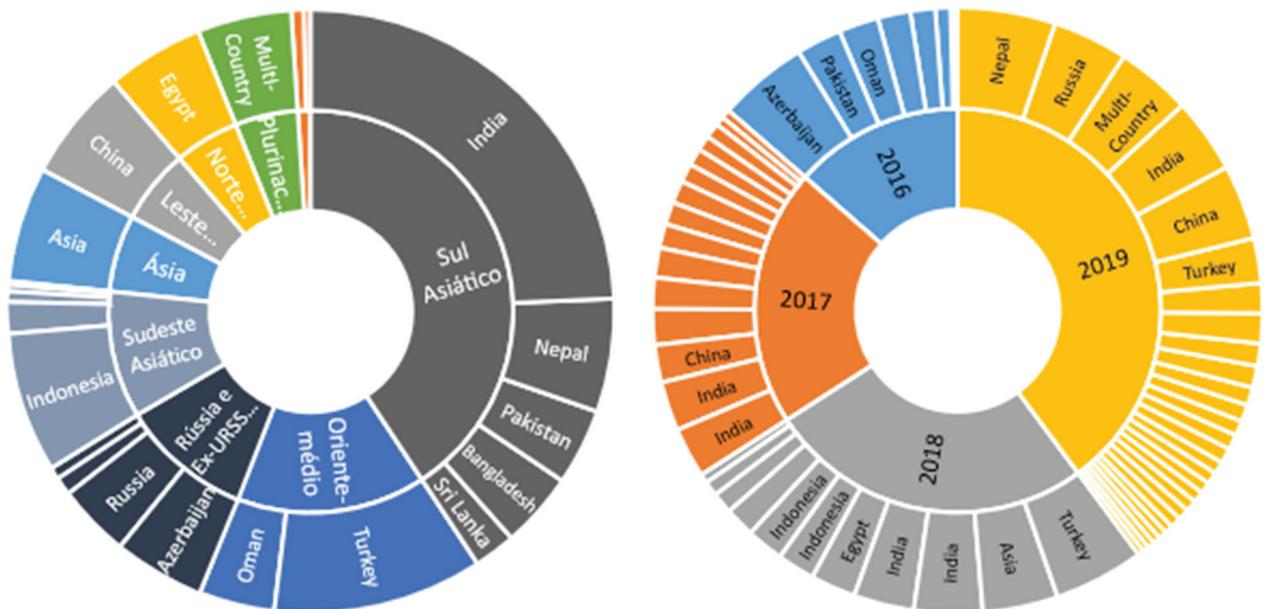
9 A versão deste documento publicada em inglês em agosto de 2020 recebeu o título *Joint Report on Multilateral Development Banks*, e teve autoria dos seguintes BMDs: AfDB, ADB, EBRD, EIB, IADB, IsDB, AIIB, NDB e WBG.



US\$ 4,99 Bi. Em 2019. Em termos percentuais, o AIIB avançou ano-a-ano o seu percentual de financiamento em relação ao total de investimentos (US\$ 40,95 Bi. Para 62 projetos em 2019) (AIIB, (b)), atingindo a marca de 42,51 % de financiamento exclusivo em 2019. Isto representa um significativo avanço se comparado a 2016, ano em que o AIIB financiou apenas 13,54% dos seus projetos aprovados. No total, o AIIB acumulou US\$ 12,52 Bi. Em investimentos no seu primeiro quadriênio, o que representou uma média anual de 30,58% (ver Tabela 02) (Spellmann, 2020).

Ao mesmo tempo, é digno de nota que, se considerado o valor avaliado por projeto, o montante anual investido anualmente caiu seguidamente em 2017 e 2018, voltando a subir somente em 2019 (ver Tabela 02). De maneira geral, no primeiro quadriênio, o AIIB não voltou a comprometer-se com projetos da dimensão dos aprovados em 2016, embora ano a ano tenha elevado sua participação proporcional nos projetos a que aderiu. Isto pode apontar para uma mudança no caráter decisório do banco, que passou a privilegiar o maior engajamento com os projetos escolhidos. Ao mesmo tempo, o ano de 2016 pode ter sido tomado como uma oportunidade singular para o envolvimento do AIIB, demonstrando que o banco estaria funcionando regularmente e participando do financiamento à infraestrutura nos países inseridos em sua região de atuação.

Gráfico 03: Financiamento do AIIB por país e por Região Geográfica vs. Preço Total Estimado de Realização dos Projetos com Atuação do AIIB, ano a ano (2016-2019)



Fonte: AIIB (b). Elaboração Própria.



O início da tendência de financiamento exclusivo do AIIB tem como ponto de inflexão a aprovação do *India: Andhra Pradesh Rural Roads* em 28 de setembro de 2018. Este é o primeiro projeto aprovado com mais de 65% de financiamento exclusivo do AIIB após 2016. A partir do quarto trimestre de 2018, apenas 15 dos 33 projetos aprovados até o final de 2019 tiveram financiamento menor ou igual 50% do AIIB (ver Gráfico 03).

Entretanto, a quantidade de projetos aprovados por região entre 2016 e 2019 não acompanha necessariamente os investimentos do AIIB. O Sul Asiático concentra 40,74% dos investimentos projetados até o final de 2019, sendo seguido pelo Oriente Médio, com 15,21%, pela Federação Russa e Repúblicas do Cáucaso com 10,4% e finalmente pelo Sudeste Asiático, com 10,24%. Ou seja, embora o Sudeste Asiático possua numericamente mais projetos aprovados do que o Oriente Médio e do que a Rússia e as Repúblicas do Cáucaso, o montante total investido pelo AIIB por projeto faz com que o Sudeste Asiático fique atrás destas duas outras sub-regiões de atuação do banco. Nestes termos, fica ainda mais nítido a concentração de projetos aprovados no Sul Asiático (ver Gráfico 03).

Olhados em conjunto, estes fatores não explicam a redução no número de financiamentos compartilhados. O AIIB tem apresentado uma evolução anual significativa em suas iniciativas de cooperação com outros BMDs, formando parcerias institucionais importantes. Estas parcerias poderiam possibilitar a reprodução de cenários parcialmente similares ao ano de 2016 — ano em que o AIIB participou ativamente do financiamento de projetos de tamanho significativo junto a diversas instituições multilaterais. Esta realidade poderia ser reproduzida nos anos seguintes. O que se vê, entretanto, é o aparente oposto: um aumento repentino no financiamento exclusivo, que ocorre na medida em que os projetos aprovados têm seu tamanho reduzido. Isto ocorre sem que haja justificativas institucionais para a busca de uma maior autonomia institucional na forma do encerramento de iniciativas de cooperação. Ao contrário, o exame atento dos documentos do AIIB demonstra que o banco tem firmado parcerias via MoUs com diversos MDBs. Este comportamento contraditório não pode ser explicado pela busca por autonomia institucional — que, nestes termos, se traduziria numa diminuição da atuação do banco.





A geopolítica do desenvolvimento e o AIIB

Analisar a hipótese da importância geopolítica do AIIB e o surgimento de um novo multilateralismo envolve uma aproximação entre a dinâmica política internacional contemporânea e o processo histórico do desenvolvimento capitalista, produzindo uma compreensão sobre a geopolítica do desenvolvimento. Ao longo do século XX, o surgimento de bancos com orientação político-econômica desenvolvimentista esteve intimamente ligado à evolução teórica e à práxis política da teoria do desenvolvimento, o que acompanha os reflexos políticos destas iniciativas no plano internacional. Sob forte influência estadunidense, a organização do financiamento ao desenvolvimento teve início nos anos 1940 com a fundação do Banco Mundial e do GATT (Pereira, 2014). Uma nova evolução ocorreu entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1970 (Humphrey, 2015), seguida de uma terceira etapa após a dissolução da União Soviética e da Iugoslávia (Rutland, 2013). Por fim, pode-se interpretar o momento atual, a partir da reestruturação da economia russa nos anos 2000 e através da resposta dos países do capitalismo periférico à etapa da crise estrutural no pós-2008, como uma quarta etapa da estruturação do financiamento multilateral ao desenvolvimento, na qual pode-se inserir a criação do Novo Banco do Desenvolvimento (NDB), do EaDB do AIIB e de diversos outros BMDs com pouco capital autorizado e de escopo sub-regional.

As razões para a fundação do AIIB estão ligadas ao contexto econômico mundial da ascensão das potências emergentes, da criação dos BRICS (Vadell, 2019) e da projeção de poder da China com uma série de iniciativas como é a Nova Rota da Seda ou a Iniciativa do Cinturão e a Rota (Vadell, Secches e Burger 2018; Dunford, 2021) e a diplomacia de Fórum com o Sul Global. Os anos anteriores à elaboração dos planos de fundação do AIIB foram marcados pela Crise de 2008 e suas duas principais ramificações posteriores: a crise da dívida dos países europeus em 2011 e a crise da redução do preço internacional das *commodities* a partir de 2014. Este contexto dialoga com a realidade do mercado mundial na década de 2010, que experimentou a ineficaz rearticulação da dinâmica de crescimento dos países de capitalismo central (Roberts, M. 2018).

Em retrospecto, a articulação desta incapacidade de revigoração das economias nacionais, em conjunto à expansão dos mercados financeiros via globalização neoliberal nos anos imediatos após 2008 deu margem a permanência do Investimento Externo Direto (IED) como vetor de continuidade do crescimento





nos países de capitalismo central e na periferia global (Roberts, A. 2013). Ao mesmo tempo, embora a reação dos países de capitalismo central tenha conseguido mitigar a dimensão da crise econômica, a série de políticas monetárias expansivas, isenção fiscal e de incentivo macroeconômico produziram uma rápida elevação na dívida pública nacional. Sob a égide do consenso neoliberal ao redor da estabilidade da relação dívida/PIB, a elevação da dívida pública dos países europeus foi tida como particularmente grave. O produto destes dois fatores é certo esgotamento da possibilidade de reação direta à crise sem que fosse rompido o consenso macroeconômico neoliberal nos anos posteriores à Crise de 2008.

A crise econômica avança, portanto, por três lados, transformando a crise comercial numa crise de balanço de pagamentos ao afetar significativamente a dinâmica de contas nacionais, por outro, numa crise produtiva, através dos efeitos correlatos de sua ramificação dentro de economias nacionais, e uma crise financeira em uma crise de reinvestimento, privando a periferia do capitalismo dos recursos necessários a sua recuperação (Baumann, 2017). O resultado deste processo é uma crise generalizada entre 2014 e 2017 na periferia e na semiperiferia do capitalismo global. Os Estados da periferia global se viram com pouca capacidade de rearticulação do orçamento público, e o atendimento de critérios macroeconômicos do consenso neoliberal proporcionou a criação do cenário de ofensiva do capitalismo neoliberal em escala internacional¹⁰.

Este processo de esgotamento das possibilidades de reação macroeconômica em países da periferia global implicou não só num desincentivo para a criação de soluções multilaterais articuladas de resposta à crise que partissem da periferia, como também afeta a continuidade de processos existentes de recuperação econômica nacional. Isto se dá na medida em que a redução no lucro das exportações afeta o Produto Nacional Bruto (PNB) e a composição dos orçamentos domésticos, provocando recessões em diversas regiões do globo. Os novos cenários recessivos impactam na disposição dos orçamentos domésticos para o suprimento de capital público direcionado para iniciativas internacionais.

Em outro nível de análise residem as reivindicações políticas de longa data protagonizadas por países de capitalismo dependente sobre a democratização dos organismos multilaterais internacionais. Bustillo e Andoni (2018) comentam que, ao longo das décadas de 2000 e 2010 novas subscrições de capital para as

¹⁰ Sobre o debate acerca da natureza estrutural da crise capitalista dos anos 1970 e suas rearticulações posteriores, ver Mészáros (2011).





instituições financeiras multilaterais foram impedidas, impossibilitando alterações no poder de voto e impedindo a expansão dos seus capitais subscritos. Após décadas de crescimento da participação dos países da periferia e semiperiferia global na composição do financiamento de instituições financeiras multilaterais, a baixa revisão no poder decisório do FMI e o Banco Mundial deu ímpeto ao aparecimento de novas instituições de financiamento, capazes de mobilizar capital coletivo para obras de interesse nacional e regional dos países envolvidos (Withol, 2014; Bustillo, Andoni, 2018).

De forma mais direta, os motivos para a criação do AIIB ligam-se a crescente demanda por investimentos em infraestrutura no continente asiático, justificando a criação de um novo banco de desenvolvimento na região (Bustillo, Andoni, 2018). Withol (2014) coloca que, embora a região já contasse com a atuação de bancos multilaterais, como o ADB e diversas instituições do WBG, os países de capitalismo central apresentavam resistências significativas às propostas de criação de novas instituições de financiamento multilateral no início da década de 2010.

A partir da inauguração do AIIB, o Japão tem tomado um novo posicionamento frente ao desenvolvimento chinês. Na primeira metade da década de 2010, o tensionamento entre China e Japão cresceu a partir da disputa geopolítica no Mar do Leste da China. Já no plano político-econômico, a China e Japão têm disputado o financiamento de redes de infraestrutura na Ásia desde o final de 2014, quando a criação do AIIB foi inicialmente proposta. Desde então, ambos os países passaram a rivalizar o financiamento a redes ferroviárias de alta velocidade no sudeste asiático, e os EUA e o Japão seguem como as duas principais economias do mundo a não se filiarem ao AIIB. Neste mesmo sentido, Hong (2015) sinaliza que a inauguração do AIIB provocou uma reestruturação significativa na estrutura de financiamento do ADB¹¹. Ao mesmo tempo, em maio de 2015, após o início das tratativas para a formalização do AIIB, o Japão lançou a Parceria para Infraestrutura de Qualidade (*Partnership for Quality Infrastructure — PQI*), um programa governamental voltado ao financiamento de até US\$ 110 Bi em infraestrutura na Ásia entre 2016 e 2020 (MoFA-Japan, 2015). Esta disputa também envolve Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e repercutem

11 O Japão detém controle significativo do ADB, cujo direcionamento estratégico é significativamente condicionado pela a política externa japonesa e estadunidense. EUA e Japão são os principais financiadores do ADB, controlando 25,5% do poder de voto do banco. A China ocupa a terceira posição no poder de voto do banco, com 5,4%. (Hong, 2015).





no posicionamento estratégico destes países em relação a disputas comerciais junto à Associação dos Países do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations* — ASEAN). Por fim, o ADB graduou a China como país capaz de receber créditos ao desenvolvimento do ADB, o que retira a sua possibilidade de obter financiamento junto ao banco. O movimento de retirada da China como país capaz de receber créditos para o desenvolvimento também se deu dentro das estruturas do WBG (Sakaguchi, 2019). Até o momento, os EUA dispõem dos mecanismos necessários para modificar as estruturas multilaterais de governança financeira, impedindo iniciativas independentes. De maneira mais significativa, os EUA têm poder de sustar o incremento de capital subscrito às instituições financeiras ligadas ao WBG através do seu sistema legislativo doméstico, o que impede o aumento do poder de voto da China (HONG, 2015).

Entretanto, Freeman (2019) afirma que a resposta estadunidense ao aparecimento do AIIB tem sido errática. Nos quatro anos finais da Administração Obama, os EUA mudaram de estratégia diversas vezes, variando num primeiro momento da recepção do novo banco multilateral para a rejeição do banco, para o desencorajamento formal da filiação de aliados, chegando finalmente à aceitação do AIIB. Este posicionamento foi mantido durante a Administração Trump, que manifestou suas discordâncias com o banco em sua participação da cúpula do AIIB em 2019, realizada em Luxemburgo (Freeman, 2019). Para os EUA, o acatamento do AIIB pela ordem internacional deveria ser condicionado à integração do banco à rede existente de BMDs — ou seja, o AIIB deveria ser conduzido ao engajamento com o resto da rede de bancos multilaterais, sob hegemonia decisiva dos EUA. Este entendimento nega, portanto, que os EUA simplesmente rejeitam a existência do AIIB, sendo esta a razão da sua não-associação.

A eficácia desta escolha estratégica estadunidense não é consensual. Freeman (2019) considera que a não-associação dos EUA obsta somente o poder decisório dos EUA junto ao AIIB, uma vez que o conjunto de países do capitalismo central (G7), entendidos como aliados de primeira hora dos EUA, são membros-fundadores do AIIB. O resultado disto é que o sucesso do AIIB tem se traduzido em uma vitória chinesa diante da atual disputa geopolítica com os EUA (Freeman, 2019).

Ao mesmo tempo, o estudo aproximado revela que o abandono parcial da estratégia de engajamento em prol do unilateralismo ocorre desde a Administração Obama, embora durante o governo Trump este unilateralismo atinge novos patamares (Freeman, 2019). Um exemplo a ser abordado é a criação da Corporação





Financeira Internacional Americana para o Desenvolvimento (*United States International Development Finance Corporation* — DFC) em dezembro de 2019. O objetivo declarado do DFC é fornecer crédito para a internacionalização de empresas estadunidenses e o refinanciamento de dívida externa de países periféricos (DFC). O seu aparecimento do DFC demonstra que os EUA dispõem de capacidades estatais suficientes para rearticular o seu posicionamento estratégico voltado à política econômica, ao passo que ativa novamente estruturas financeiras já existentes, criadas durante os anos da Guerra Fria, e que sempre estiveram à disposição do Estado.

Conclusões

Não faltam exemplos para as dificuldades geopolíticas enfrentadas pelos EUA nos últimos anos. A pandemia nos Estados Unidos, o fracasso da “guerra comercial” com a China, a rejeição sul-coreana, japonesa, alemã e francesa de aderirem a política de *decoupling*, a formação da RCEP, a assinatura do acordo de investimento mútuo China-União Europeia (embora ainda congelado) — todos podem ser interpretados como impasses ao poder estadunidense. Entretanto, o país aparenta ser capaz de articular estruturas domésticas para política internacional e de direcionar organismos multilaterais sob seu controle para agendas do seu interesse estratégico. A Administração Biden tem demonstrado que os EUA seguem com a possibilidade de agir de forma unilateral ao mesmo tempo em que incentivam a retomada do engajamento multilateral. O confronto com a Rússia por meio do conflito na Ucrânia coloca mais um desafio aos EUA. Estas questões, entretanto, escapam ao escopo deste trabalho.

Como apontado na introdução e demonstrado na pesquisa empírica, a instituição criada sob iniciativa chinesa, o AIIB, nasce em cooperação com as instituições financeiras internacionais sob hegemonia estadunidense e ocidental. A instituição adquiriu, entretanto, certa autonomia discreta no decorrer dos anos. É pertinente o argumento trazido por Freeman (2019), segundo o qual a resposta dos EUA articula a pretensão de inoperância do AIIB, não através de uma tática de isolamento, mas através do engajamento institucional. Ao requererem do banco uma ligação estreita aos ideários e às estruturas de financiamento multilateral existentes, os EUA condicionariam a atuação chinesa através do AIIB.





Como indicado, o AIIB não se nega a compor parcerias bilaterais, o que pode ser verificado através da quantidade de acordos bilaterais entre o banco e outros BMDs e na integração do AIIB ao conjunto de entidades financiadoras do desenvolvimento. Entretanto, como observado na seção 02, a série de MoUs firmados entre 2015 e 2019 pelo AIIB com bancos sob hegemonia ocidental não impediu o avanço da aprovação de projetos, embora tenha contribuído com a redução de cofinanciamentos do AIIB. Estes fatos ocorreram embora o banco tenha procurado expandir suas atividades entre 2015 e 2019.

Apesar disso, o AIIB tem obtido sucesso em superar as tentativas de isolamento e controle via engajamento protagonizadas por BMDs de mando estadunidense e japonês, mantendo cofinanciamentos com outros BMDs e com Estados nacionais. É neste sentido que se pode perceber que, ao longo dos seus primeiros anos, o AIIB tornou-se uma instituição consolidada, e cuja atuação reconhecidamente não se nega ao engajamento, mas que não se desfaz de sua autonomia. Este transcurso foi necessário para que o banco pudesse atuar de maneira decisiva nos anos subsequentes, sobretudo em ocasião da crise econômica disparada pela pandemia do SAR-CoV-2. O banco permanece como peça central para a construção de uma nova globalização, aberta ao multilateralismo, focada em arranjos minilaterais e de benefícios mútuos, e carregada de características chinesas.

Referências

- Amin, S. "The Challenge of Globalization." *Review of International Political Economy* 3, no. 2 (1996): 216-259. Accessed September 25, 2023. <http://www.jstor.org/stable/4177185>.
- Arrighi, G., Silver, B. J., and Ahmad, I. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) (a). "AIIB Open for Business. Jin Liqun Elected as First President." Accessed March 13, 2020. https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/20160116_002.html.
- Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) (b). "Members and Prospective Members of the Bank." Accessed February 19, 2020. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>.
- Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) (c). "Articles of Agreement." Accessed February 16, 2021. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html>.





- Banco Asiático de Inver­ti­men­tos em Infra­es­trutura (AIIB) (d). “Our Projects.” Accessed February 6, 2021. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html>.
- Banco Asiático de Inver­ti­men­tos em Infra­es­trutura (AIIB) (e). “Partnerships.” Accessed February 16, 2021. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/who-we-are/partnership/index.html>.
- Banco Asiático de Inver­ti­men­tos em Infra­es­trutura (AIIB). “AIIB and World Bank sign first Co-Financing Framework Agreement.” AIIB, April 14, 2016. <https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/AIIB-and-World-Bank-sign-first-Co-Financing-Framework-Agreement.html>. Accessed February 16, 2021.
- Banco Asiático de Inver­ti­men­tos em Infra­es­trutura (AIIB). Condensed Financial Statements (Unaudited) for the Nine Months Ended Dec. 31, 2017. AIIB, 2017, 48p. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/financial-statements/.content/index/pdf/Q3-Financial-Statements.pdf>. Accessed February 28, 2020.
- Banco Asiático de Inver­ti­men­tos em Infra­es­trutura (AIIB). Condensed Financial Statements (Unaudited) for the Nine Months Ended Dec. 31, 2019. AIIB, 2019, 78p. <https://www.aiib.org/en/about-aiib/financial-statements/.content/index/pdf/Auditors-report-and-AIIB-Annual-Financial-Statements-20191231-signed.pdf>. Accessed February 16, 2021.
- Bustillo, R., and Andoni, M. “China, the EU and Multilateralism: the Asian Infrastructure Investment Bank.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 61, no. 1 (2018): 1-19.
- Cheng, E., and Zhang, J. “Five Hundred Years of World Socialism and Its Prospect: Interview with Professor Enfu Cheng.” *International Critical Thought* 11, no. 1 (2021): 1-19.
- Domínguez Martín, R. (a). “Dialéctica del origen, despliegue y clímax del régimen internacional de la ayuda.” *Revista de Economía Crítica* 25 (2018): 76-104.
- Domínguez Martín, R. (b). “China y la construcción de un régimen internacional de Cooperación Sur-Sur.” *Carta Internacional* 13, no. 1 (2018): 38-72. doi: 10.21530/ci.v13n1.2018.737.
- Dunford, M. “China’s Belt and Road Initiative and its Implications for Global Development.” *Acta Via Serica* 6, no. 1 (2021): 91-118. doi: 10.22679/avs.2021.6.1.004.
- Freeman, C. “Constructive Engagement? The US and the AIIB.” *Global Policy* 10, no. 4 (2019): 667-676. doi:10.1111/1758-5899.12764.
- Harvey, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2005.
- Hong, Y. “The AIIB is Seen Very Differently in the US, Europe and China.” *The Diplomat*, May 8, 2015. <https://thediplomat.com/2015/05/the-aiib-is-seen-very-differently-in-the-us-europe-and-china/>. Accessed February 13, 2021.





- Huprey, C. “The Invisible Hand: Financial Pressures and Organizational Convergence in Multilateral Development Banks.” *The Journal of Development Studies* 52, no. 1 (2015): 92-112. doi: 10.1080/00220388.2015.1075978.
- Jabbour, E. Gabriele, A. *China: O Socialismo do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Jabbour, E., Dantas, A., & Vadell, J. “Da Nova Economia do Projeto à Globalização Instituída pela China.” *Estudos Internacionais* 9, no. 4 (2021): 90-105.
- Jakóbowski, J. “Chinese-led Regional Multilateralism in Central and Eastern Europe, Africa and Latin America: 16 + 1, FOCAC, and CCF.” *Journal of Contemporary China* 27, no. 113 (2018): 659-673. doi: 10.1080/10670564.2018.1458055.
- Jones, L., & Hameiri, S. “China Challenges Global Governance? Chinese International Development Finance and the AIIB.” *International Affairs* 94, no. 3 (2018): 573-593.
- Keohane, R. O. “Multilateralism: An Agenda for Research.” *International Journal* 45, no. 4 (1990): 731-764. doi: 10.1177/002070209004500401.
- Mézsáros, I. *Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição*. 1st ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan (MoFA-Japan). “Announcement of ‘Partnership for Quality Infrastructure: Investment for Asia’s Future’.” Ministry of Foreign Affairs of Japan, May 21, 2015. https://www.mofa.go.jp/policy/oda/page18_000076.html. Accessed February 10, 2021.
- Pereira, J. M. M. “Banco Mundial: dos Bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994).” *Topoi* 15, no. 29 (2014): 527-564. doi: 10.1590/2237-101X015029006.
- Roberts, A. “Peripheral Accumulation in the World Economy: A Cross-National Analysis of the Informal Economy.” *International Journal of Comparative Sociology* 54, no. 5-6 (2013): 420-444. doi: 10.1177/0020715213519458.
- Roberts, M. “China workshop: challenging the misconceptions.” Michael Roberts Blog, June 7, 2018. <https://thenextrecession.wordpress.com/2018/06/07/china-workshop-challenging-the-misconceptions/>. Accessed June 25, 2019.
- Ruggie, J. G. *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. London: Routledge, 1998.
- Rutland, P. “Neoliberalism and the Russian transition.” *Review of International Political Economy* 20, no. 2 (2013): 332-362. doi: 10.1080/09692290.2012.727844.
- Sakaguchi, Y. “Japan Pushes Asian Development Bank to end China Loans.” *Financial Times*, April 30, 2019. <https://www.ft.com/content/4dff8fde-6729-11e9-a79d-04f350474d62>. Accessed February 10, 2021.
- Spellmann, S. “O Capital Chinês e o Imperialismo no Século XXI: o papel do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no Sudeste Asiático (2013 — 2019).” *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Universidade Estadual da Paraíba: Campus V — João Pessoa, 2020.





- Spellmann, S. Mészáros Structural Limits to Capital and the Limits to the War on China. *Critique* 50, no. 2-3 (2022): 345-363. doi: 10.1080/03017605.2022.2123607
- Vadell, J. El Foro China-CELAC y el Nuevo Regionalismo para un Mundo Multipolar: Desafíos para la Cooperación ‘Sur-Sur’. *Carta Internacional* 13, no. 1, (2018): 6-37. doi: Global Policy 10, no. 4 (2018): 653-659. doi: 10.21530/ci.v13n1.2018.733
- Vadell, J. “A iniciativa BRICS e a China: entre a emergência e a irrelevância.” *Nova Economia* 29, no. 2 (2019): 201-248. doi: 10.1590/0103-6351/5410.
- Vadell, J. “Os traços da nova globalização.” *Margem Esquerda* 37 (2021): 37-42.
- Vadell, J. “China’s bilateral and minilateral relationship with Latin America and the Caribbean: the case of China–CELAC Forum.” *Area Development Policy* 7, no. 2 (2022): 187-203. doi: 10.1080/23792949.2021.1974907.
- Vadell, J., & Jabbour, E. Chinese embedded globalization: social-economic formations in dispute in world reordering. *Globalizations*, 2024 1-19. doi:10.1080/14747731.2024.2302197
- Vadell, J., Secches, D., & Burger, M. “De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global.” *Transporte e Territorio* (21): 44-68, 2019. doi: 10.34096/rtt.i21.7146.
- Xi, J. “President Xi’s speech to Davos in full.” *World Economic Forum*, January 17, 2017. <https://www.weforum.org/agenda/2017/01/full-text-of-xi-jinping-keynote-at-the-world-economic-forum>. Accessed August 2, 2022.
- Wallerstein, I. “The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis.” *Comparative Studies in Society and History* 16, no. 4 (1974): 387-415. doi: 10.1017/S0010417500007520.
- Wihtol, R. “Whither Multilateral Development Finance?” ADB Institute, 2014. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156346/adbi-wp491.pdf>. Accessed March 13, 2020.
- Zhu, J. “Is the AIIB a China controlled Bank? China’s Evolving Multilateralism in Three Dimensions (3D).” *Global Policy* 10, no. 4 (2019): 653-659. doi: 10.1111/1758-5899.12763.

